

Legitimidade da representação política e democracia representativa no Estado Contemporâneo Brasileiro

Autora: Gabriela Chaves Ramalho
Orientador: Dr. Rafael Lazzarotto Simioni

1. PROBLEMA

A Desde seu surgimento, o Estado causou diversas discussões acerca de sua legitimidade, sua função, seus poderes e seus deveres.

A perspectiva teórica das teorias contratualistas, baseada na ideia de um contrato fundador da vida em sociedade, o qual transferiria o poder decisório dos indivíduos, parcial ou totalmente, para que outro o exercesse, acabou por contribuir para a estruturação de um Estado fundamentado e legitimado na racionalidade e na legalidade.

Ao longo da história, houve vários paradigmas de Estado, cada um de acordo com a necessidade prática e a ideologia dominante de seu determinado momento histórico. Atualmente, o Brasil encontra-se no paradigma de Estado Democrático de Direito, que tem como princípios concretizadores a legalidade, a soberania popular, a separação de poderes e a democracia.

No entanto, o questionamento sobre a legitimidade desse Estado permanece, não como outrora no seu nascimento, afinal, o contexto histórico-social é outro e as vicissitudes sociais deslocam e multiplicam os questionamentos a respeito do Estado.

No contexto brasileiro atual, o que se percebe é um questionamento acerca da legitimidade da representação política no sentido tanto da (má) qualidade dessa representação, quanto da (in)suficiência instrumental da democracia representativa enquanto legitimadora do Estado político.

O que enseja a necessidade de discussão sobre as possibilidades da legitimidade da representação política e de análise a respeito da capacidade do Estado Contemporâneo Brasileiro legitimar sua representação política por meio da democracia representativa.

2. OBJETIVOS

Nessa ordem de ideias, esta pesquisa objetiva analisar a teoria do Estado na perspectiva contratualista, procurando explicitar a configuração brasileira conforme a Constituição de 1988, de modo a analisar a problemática da legitimidade de representação política e sua relação com a democracia representativa no Estado Contemporâneo Brasileiro.

3. METODOLOGIA

Para serem atingidos os objetivos específicos, esta pesquisa será desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando o método analítico.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

Até o presente momento é possível concluir que o Estado Brasileiro incorporou as noções contratualistas de legalidade, soberania popular e separação de poderes. Mas é possível afirmar também que a necessidade de legitimar a representação política no contexto contemporâneo ultrapassa essas noções, afinal, a democracia representativa, enquanto valor e instrumento de legitimidade, também sinaliza limitações. Assim, é fundamental que se analise a relação entre a legitimidade de representação e a democracia representativa no Estado Contemporâneo Brasileiro.

5. FONTES CONSULTADAS

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4 Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

MORAIS, José Luis Bolzan de; STRECK, Lenio Luiz. **Ciência Política e Teoria do Estado**. 7 Ed. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2010.

QUINTÃO SOARES, Mário Lúcio. **Teoria do Estado: Novos Paradigmas em face da globalização**. 3 Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.